



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO
SECRETARIA DE FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE E CUSTOS

RELATÓRIO ANUAL 2019





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO
SECRETARIA DE FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE E CUSTOS

PREFEITO

Orlando Morando Junior

VICE-PREFEITO

Marcelo de Lima Fernandes

SECRETÁRIO DE FINANÇAS

José Luiz Gavinelli

SECRETÁRIA ADJUNTA DE FINANÇAS

Neusa Maria Sacchi

DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE E CUSTOS

Rogéria Leite Soares Gomes

ASSESSORA DE DIREÇÃO DO DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE E CUSTOS

Roseli Candida Santos

DIRETORA DA DIVISÃO DE CONTABILIDADE

Maria Isabel da Silva Costa

DIRETOR DA SEÇÃO DE CONTABILIDADE

Abmael Evangelista Rocha

DIRETOR DA SEÇÃO DE GESTÃO FISCAL

Rômulo Felício da Silva



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO
SECRETARIA DE FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE E CUSTOS

EQUIPE TÉCNICA

CONTADORES

Cislaine Mateus

Gislene da Silva Santos

Ronaldo Barros Veloso

Sandra Cristina Costa de Oliveira

TÉCNICOS

Lucimar da Silva Vicente

Carlos Alberto Alves Dias

George Mota Pereira

Eduardo Correa Carneiro

Adriano Bruni Andriolo

Airton Coracini

Eduardo Jesus Paes de Camargo

Vanessa Mucida Coimbra

Valéria Delpezzo Passos

Ana Paula Camargo

Wânia Luzinete da Silva

Fabio Duarte

Anderson Saraceni

José Roberto da Silveira Lima

Pamela Ankosqui Napolitano



SUMÁRIO

O MUNICÍPIO	2
UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS / SUBPREFEITURAS	5
RELATÓRIO TÉCNICO CONTÁBIL	6
DIRETRIZES CONTÁBEIS	10
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	10
BALANÇO FINANCEIRO	19
DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS	21
DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA	25
BALANÇO PATRIMONIAL	26



MUNICÍPIO

O município de São Bernardo do Campo está localizado entre a capital paulista e o Porto de Santos, região Sudoeste do Brasil, no Estado de São Paulo. Compõe, juntamente com os municípios de Diadema, Mauá, Ribeirão Pires, Rio Grande da Serra, Santo André e São Caetano do Sul a Região do Grande ABC. No âmbito da Região Metropolitana de São Paulo, os sete municípios formam a sub-região Sudeste.



Fonte: IBGE

Possui extensão territorial de 408,45 km², e uma população estimada em 833.240 pessoas (IBGE 2018), com índice de envelhecimento de 78,25% (2019) e taxa de natalidade em torno de 13,75% (por mil habitantes) (2017).

O desenvolvimento da cidade se mostra dinâmico entre as áreas da indústria, construção civil, comércio, serviços e agropecuária, onde comércio e serviços se destacam com o percentual de 76,50% do PIB (ano 2016).



Vegetação

São Bernardo do Campo está situado no bioma da Mata Atlântica. Segundo o Inventário Florestal da Vegetação Natural do Estado de São Paulo (IF, 2009), o município possui 48,1% de seu território coberto por florestas nativas, e em torno de 60% desta vegetação está inserida no Parque Estadual da Serra do Mar.

Dados Econômicos

O Município de São Bernardo do Campo está no ranking das vinte maiores economias do Brasil, segundo o Produto Interno Bruto (PIB) dos municípios (2016) e também em destaque entre os municípios da Região do Grande ABC, município de São Paulo e Região Metropolitana de São Paulo e Estado de São Paulo de 2014 a 2016, conforme demonstração nos quadros abaixo:

Tabela 1 – Ranking das vinte maiores economias do Brasil segundo o Produto Interno Bruto (PIB) dos municípios, 2016

Ranking	UF	Município	PIB (em R\$ 1.000)	Participação percentual (%)	
				Relativa	Acumulada
1º	SP	São Paulo	687.035.890	11,0	11,0
2º	RJ	Rio de Janeiro	329.431.360	5,3	16,2
3º	DF	Brasília	235.497.107	3,8	20,0
4º	MG	Belo Horizonte	88.277.463	1,4	21,4
5º	PR	Curitiba	83.788.904	1,3	22,7
6º	SP	Osasco	74.402.691	1,2	23,9
7º	RS	Porto Alegre	73.425.264	1,2	25,1
8º	AM	Manaus	70.296.364	1,1	26,2
9º	BA	Salvador	61.102.373	1,0	27,2
10º	CE	Fortaleza	60.141.145	1,0	28,1
11º	SP	Campinas	58.523.733	0,9	29,1
12º	SP	Guarulhos	53.974.919	0,9	29,9
13º	PE	Recife	49.544.088	0,8	30,7
14º	SP	Barueri	47.088.302	0,8	31,5
15º	GO	Goiânia	46.659.223	0,7	32,2
16º	SP	São Bernardo do Campo	42.131.380	0,7	32,9
17º	RJ	Duque de Caxias	39.857.742	0,6	33,5
18º	SP	Jundiaí	39.782.736	0,6	34,2
19º	SP	São José dos Campos	37.315.783	0,6	34,8
20º	MG	Uberlândia	32.536.256	0,5	35,3

Nota: Dados sujeitos a revisão.
Fonte: IBGE.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO
SECRETARIA DE FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE E CUSTOS

Tabela 2 – Produto Interno Bruto (PIB) em valores correntes (milhões de reais), municípios da Região do Grande ABC, município de São Paulo, Região Metropolitana de São Paulo e estado de São Paulo, 2014 a 2016

Município/Região	2014	2015	2016
São Bernardo do Campo	47.466	42.014	42.131
Diadema	14.048	13.680	13.230
Mauá	11.196	11.970	13.964
Ribeirão Pires	2.743	2.868	3.022
Rio Grande da Serra	520	535	578
Santo André	26.741	25.387	25.837
São Caetano do Sul	15.534	13.426	13.287
Região Metropolitana de São Paulo	1.022.888	1.057.903	1.107.868
Total do Estado de São Paulo	1.858.196	1.939.902	2.038.005

Notas: Os dados da série revisada têm como referência o ano de 2010, seguindo a nova referência das Contas Nacionais. Os dados de 2016 estarão sujeitos a revisão na próxima divulgação.
Fonte: IBGE, PIB dos municípios.



UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E INOVAÇÃO
SECRETARIA DE CIDADANIA, ASSUNTOS JURÍDICOS E DA PESSOA C/
DEFICIÊNCIA
SECRETARIA DE CHEFIA DO GABINETE
SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO
FUNDO SOCIAL DE SOLIDARIEDADE
SECRETARIA DE CULTURA E JUVENTUDE
SECRETARIA DE DESENV. ECONÔMICO, CIÊNCIA, TECNOL., TRABAL., E
TURISMO
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER
SECRETARIA DE FINANÇAS
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E PROTEÇÃO ANIMAL
SECRETARIA DE GOVERNO
SECRETARIA DE COORDENAÇÃO GOVERNAMENTAL
SECRETARIA DE HABITAÇÃO
SECRETARIA DE OBRAS E PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO
SECRETARIA DE SAÚDE
SECRETARIA DE SEGURANÇA URBANA
SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS
SECRETARIA DE TRANSPORTE E VIAS PÚBLICAS
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

SUBPREFEITURAS

ALVARENGA
RIACHO GRANDE
COORDENADORIA DE RUDGE RAMOS



RELATÓRIO TÉCNICO CONTÁBIL

A Divisão de Contabilidade faz parte do Departamento de Contabilidade e Custos, que pertence a Secretaria de Finanças do Município e dispõe as informações desta Prestação de Contas, para exame e apreciação, a qualquer cidadão, nos termos da Lei Orgânica Municipal.

A Divisão de Contabilidade tem as seguintes atribuições:

- ✓ Registrar, acompanhar e analisar o registro dos fatos e atos administrativos, conforme as normas exaradas pelo Conselho Federal de Contabilidade e legislação pertinente;
- ✓ Definir procedimentos contábeis adotados no registro do patrimônio do Município;
- ✓ Zelar pelo correto registro contábil do Município e pelo atendimento às normas vigentes;
- ✓ Fornecer informações relativas aos dados contábeis do Município aos órgãos externos de controle e fiscalização, especialmente as relativas a Auditoria Eletrônica do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (AUDESP);
- ✓ Fornecer informações e dados sobre o registro das variações patrimoniais aumentativas e diminutivas;
- ✓ Definir e divulgar fluxos e roteiros contábeis para despesas, receitas e demais registros de bens, direitos e obrigações;
- ✓ Acompanhar a execução de contratos firmados em face de seu cronograma de desembolso, aditamentos e demais implicações de natureza contábil;
- ✓ Manter registros inerentes aos estágios de execução da despesa: empenho, liquidação e pagamento;
- ✓ Prestar informações relativas à execução de dispêndios de contratos e convênios;
- ✓ Estruturar e manter atualizados dados referentes à evolução da execução da despesa municipal.



OBJETIVO

O objetivo principal das Demonstrações Contábeis é fornecer, aos diversos usuários, informações sobre a gestão do patrimônio público do Município e contribuir na prestação de contas da gestão econômico-financeira realizada no período a que se referem. Nas demonstrações contábeis, os diversos usuários podem encontrar informações sobre a posição e as mutações do patrimônio público, o desempenho econômico-financeiro, a execução orçamentária, os fluxos de caixa e outras informações que auxiliem na avaliação da gestão econômico-financeira do Governo Municipal.

PRINCIPAIS AÇÕES PARA IMPLANTAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PATRIMONIAIS

A Portaria STN nº 548/2015 estabeleceu prazos-limite de adoção dos procedimentos contábeis patrimoniais aplicáveis aos entes da Federação, com vistas à consolidação das contas públicas nacionais, sob a mesma base conceitual.

No contexto do Município, foram implantados os procedimentos a seguir:



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO
SECRETARIA DE FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE E CUSTOS

Aspecto	Início	Conclusão	Obrigatoriedade dos registros a partir de:
4. Reconhecimento, mensuração e evidênciação da Dívida Ativa, tributária e não-tributária, e respectivo ajuste para perdas.	01/01/2015	31/12/2015	Imediato
13. Reconhecimento, mensuração e evidênciação das obrigações com fornecedores por competência.	01/01/2013	31/12/2014	Imediato
3. Reconhecimento, mensuração e evidênciação dos demais créditos a receber, (exceto créditos tributários, previdenciários e de contribuições a receber), bem como dos respectivos encargos,	01/01/2017	31/12/2017	Imediato
11. Reconhecimento, mensuração e evidênciação das obrigações por competência decorrentes de benefícios a empregados (ex.: 13º salário, férias, etc.).	01/07/2018	31/12/2018	2018
10. Reconhecimento, mensuração e evidênciação das obrigações por competência decorrentes de empréstimos, financiamentos e dívidas contratuais e mobiliárias.	01/01/2017	30/06/2017	2020
18. Reconhecimento, mensuração e evidênciação dos estoques.	01/01/2016	30/06/2016	2022

O Município tem implementado gradualmente as ações da Portaria 548/2015, de acordo com os prazos estipulados pelo Manual Aplicado ao Setor Público, editado e normatizado pela Secretaria do Tesouro Nacional.



Demonstrações Contábeis



DIRETRIZES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas a partir da escrituração realizada por meio do Sistema de Orçamento e Contabilidade Municipal - ORCOM, mediante a utilização do plano de contas e diretrizes do Sistema AUDESP do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, refletindo registros nos sistemas de contas orçamentárias, financeiras, patrimoniais e de compensação.

Os registros contábeis das operações envolvendo os recursos da Prefeitura e as Demonstrações Contábeis por eles geradas foram elaborados e estão apresentados com observância aos Princípios Fundamentais de Contabilidade, às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público - NBCTSP por meio de normativos e orientações técnicas emitidos pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, à Lei Federal 4.320/1964 e à Lei Complementar nº 101/2000.

Além da legislação vigente, foram observadas as normas, instruções e procedimentos contábeis atinentes ao atual processo gradual de transição, em virtude da convergência aos padrões internacionais de Contabilidade Pública, as Instruções de Procedimentos Contábeis - IPC's, e o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - MCASP - 8ª edição.

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

1. O Balanço Orçamentário evidencia as receitas e as despesas orçamentárias, detalhadas em níveis relevantes de análise, confrontando o orçamento inicial e as suas alterações com a execução, demonstrando o resultado orçamentário. (Alterado pela Resolução CFC nº 1.268/2009)
2. As receitas orçamentárias são detalhadas por categoria econômica e origem, especificando a previsão inicial, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada e o saldo, que corresponde ao excesso ou déficit de arrecadação, seguem o regime contábil de caixa, sendo consideradas realizadas quando da sua efetiva



arrecadação (artigo 35 da Lei 4320/64) e são apresentadas sem ajuste inflacionário, ou seja, em moeda original do ano de realização, expressa em Reais (R\$), e estão apresentadas conforme classificação econômica (natureza da receita) constante na Portaria Interministerial STN/SOF nº 163/2001 e atualizações.

3. As despesas orçamentárias são detalhadas por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando a dotação inicial, a dotação atualizada para o exercício, as despesas empenhadas, as despesas liquidadas, as despesas pagas e o saldo da dotação; seguem o regime contábil de competência sendo consideradas realizadas quando do seu empenhamento (artigo 35 da Lei 4.320/64), e são apresentadas sem ajuste inflacionário, ou seja, em moeda original do ano de realização, expressa em Reais (R\$). As despesas orçamentárias constantes do balanço orçamentário estão apresentadas conforme classificação econômica (natureza da despesa) constante na Portaria Interministerial STN/SOF nº 163/01 e atualizações.
4. O Orçamento inicial para a Administração Direta, proposto pelo Executivo por meio da Lei Municipal nº 6.738, aprovada pela Câmara Municipal em 10 de dezembro de 2018, foi de R\$ 4.896.155.000,00 (Quatro bilhões, oitocentos e noventa e seis milhões, cento e cinquenta e cinco mil reais)
5. O total de receitas estimadas no Orçamento original foi de R\$ 4.896.155.000,00; e no decorrer do exercício sofreu revisões, atingindo o montante realizado de R\$ 3.927.638.286,22. Comparando-se com a receita prevista atualizada de R\$ 3.863.893.698,63 houve um superávit de arrecadação no montante de R\$ 63.744.587,59.
6. Em atenção ao Princípio Orçamentário do Equilíbrio, o total dos dispêndios fixados no Orçamento foi de R\$ 4.896.155.000,00 sendo R\$ 413.886.000,00 destinados às Transferências Financeiras e R\$ 4.482.269.000,00 às despesas orçamentárias do período, tendo finalizado o exercício com R\$ 3.619.505.147,82 de despesas empenhadas, obtendo assim uma economia de despesas em relação ao montante de R\$ 4.641.743.539,18 das dotações atualizadas na ordem de R\$ 1.022.238.391,36.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO
SECRETARIA DE FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE E CUSTOS

7. O resultado orçamentário do exercício de 2019 foi superavitário e apurou o montante de R\$ 308.133.138,40 conforme detalhado nos quadros abaixo:

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DE 2019	
RECEITA	R\$
Realizada	3.927.638.286,22
(-) Prevista Atualizada	3.863.893.698,63
(=) SUPERÁVIT DE ARRECADAÇÃO	63.744.587,59
DESPESA	
Executada	3.619.505.147,82
(-) Fixada	4.641.743.539,18
(=) ECONOMIA ORÇAMENTÁRIA	(1.022.238.391,36)
ATUALIZADO	
Receita Prevista Atualizada	3.863.893.698,63
(-) Despesa Fixada Atualizada	4.641.743.539,18
(=) ORÇAMENTO DEFICITÁRIO	(777.849.840,55)
EXECUTADO	
Receita Realizada	3.927.638.286,22
(-) Despesa Executada	3.619.505.147,82
(=) SUPERÁVIT DE EXECUÇÃO	308.133.138,40

8. O resultado orçamentário do exercício de 2019 no montante de R\$ 308.133.138,40 é composto por receitas e despesas orçamentárias e intra-orçamentárias, conforme quadro detalhado a seguir:



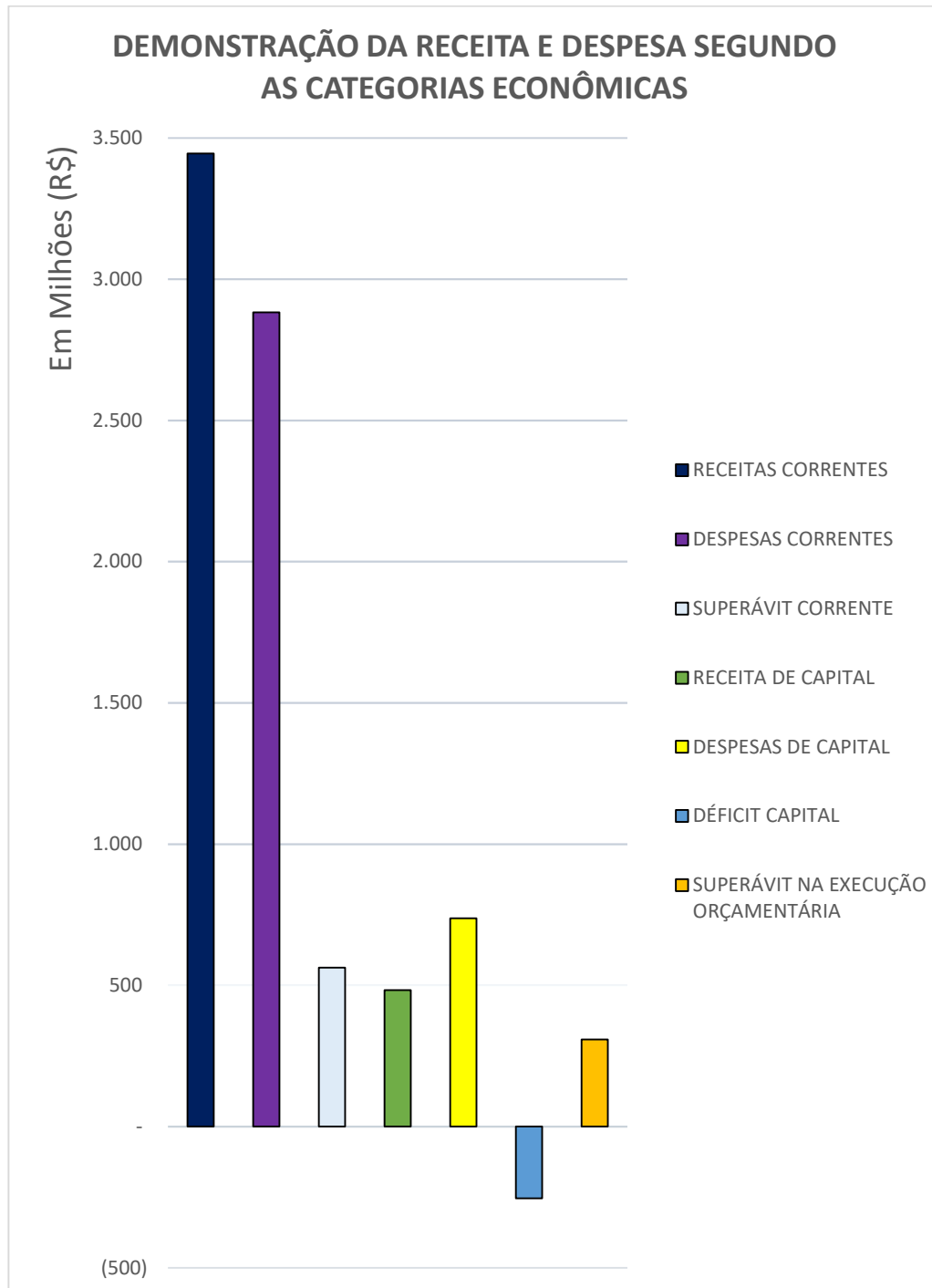
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO
SECRETARIA DE FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE E CUSTOS

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		
	R\$	%
TOTAL DAS RECEITAS ARRECADADAS	3.927.638.286,22	100%
ORÇAMENTÁRIA		
Receitas Correntes	3.444.838.549,35	87,71
Receitas de Capital	482.799.736,87	12,29
INTRA-ORÇAMENTÁRIA		
Receitas Correntes	-	-
Receitas de Capital	-	-
TOTAL DAS DESPESAS EMPENHADAS	3.619.505.147,82	100%
ORÇAMENTÁRIA		
Despesas Correntes	2.638.633.652,88	72,90
Despesas de Capital	724.425.374,09	20,01
INTRA-ORÇAMENTÁRIA		
Despesas Correntes	243.951.327,01	6,74
Despesas de Capital	12.494.793,84	0,35
Superávit Orçamentário	308.133.138,40	

9. A alteração do valor dos créditos orçamentários iniciais e suas fontes de financiamento estão detalhadas a seguir:

DESCRIÇÃO	VALOR
CRÉDITOS	902.084.996,32
Suplementares	738.754.092,65
Especiais	153.330.903,67
Extraordinários	10.000.000,00
REDUÇÃO DAS DESPESAS	742.610.457,14
TOTAL DO ACRÉSCIMO LÍQUIDO	159.474.539,18
FONTE DE FINANCIAMENTO	136.059.198,65
Excesso de Arrecadação	135.959.198,65
Superávit Financeiro	23.415.340,53
Reabertura de Crédito	100.000,00

10. O superávit corrente foi no valor de R\$ 562.253.569,46 o que favoreceu uma capitalização no Déficit do orçamento de capital, que ocorreu em consequência de recursos de transferências não recebidos.



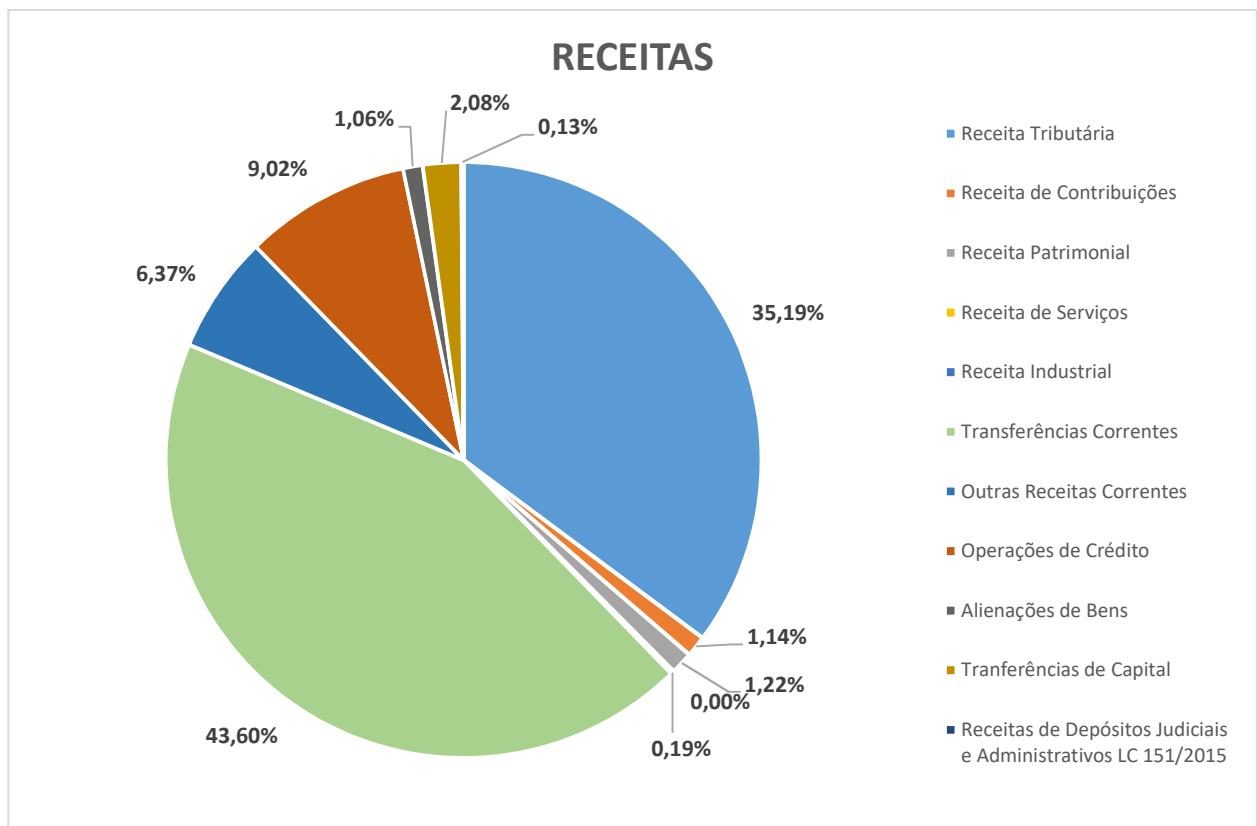


PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO
SECRETARIA DE FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE E CUSTOS

11. A composição das Receitas por subcategorias está detalhada no quadro abaixo:

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		
DESCRIÇÃO DA CONTA	VALOR	AV
Receita Tributária	1.382.110.118,34	35,19%
Receita de Contribuições	44.671.811,89	1,14%
Receita Patrimonial	47.754.827,02	1,22%
Receita de Serviços	7.630.220,97	0,19%
Receita Industrial	26,22	0,00%
Transferências Correntes	1.712.426.560,48	43,60%
Outras Receitas Correntes	250.244.984,43	6,37%
Operações de Crédito	354.305.234,11	9,02%
Alienações de Bens	41.694.083,03	1,06%
Transferências de Capital	81.650.402,79	2,08%
Receitas de Depósitos Judiciais e Administrativos LC 151/2015	5.150.016,94	0,13%
TOTAL DE RECEITAS	3.927.638.286,22	100,00%

12. Em relação ao montante arrecadado as receitas tributárias, outras receitas correntes, transferências correntes, operações de créditos e transferências de capital tiveram uma participação significativa, conforme ilustrado no gráfico abaixo:





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO
SECRETARIA DE FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE E CUSTOS

13. No grupo Outras Receitas Correntes o montante de R\$ 126.396.605,06 referente às demais receitas correntes constantes no Balanço Orçamentário estão detalhadas a seguir:

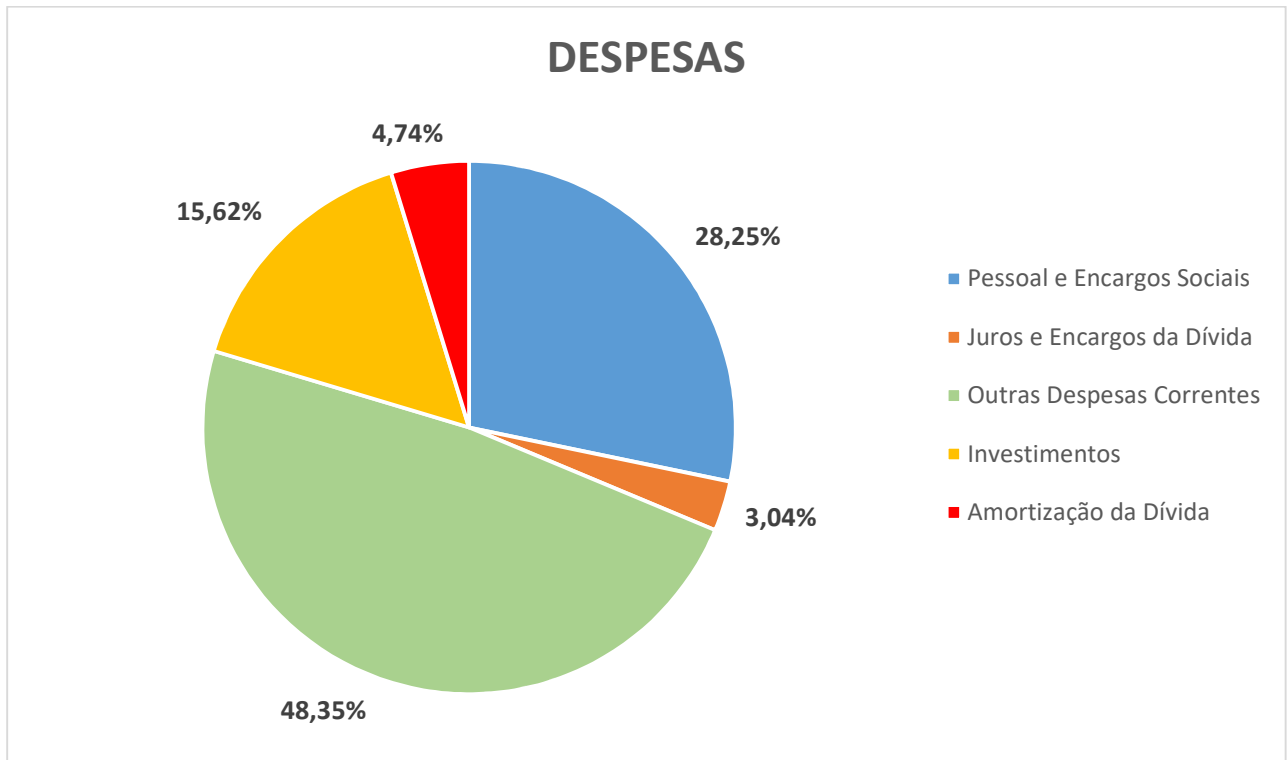
DEMAIS RECEITAS CORRENTES		
DESCRIÇÃO	PREVISÃO INICIAL	RECEITA REALIZADA
Acréscimos sobre Parcelamentos	4.045.000,00	5.281.161,05
Crédito, Multas e Juros de Dívida Ativa não Tributários	560.000,00	873.456,31
Compensação Pecuniária para Regularização de Construções	-	4.649.559,72
Fundos Vinculados	7.230.000,00	61.986.625,81
Outras Receitas Próprias	1.271.000,00	2.704.727,61
Receita pela Utilização de Áreas dest.Feiras Livres e de Domínio Público	452.000,00	613.363,30
Receitas Desvinculadas EC 93/2016 - LM6598/2017-DREMU	291.000,00	47.287.711,26
Reversão do Saldo da Rubrica Extra-Orçamentária - Tesouraria - 9251	392.000,00	3.000.000,00
TOTAL	14.241.000,00	126.396.605,06

14. As despesas orçamentárias apuradas no decorrer do exercício são compostas por correntes e capital, cujos detalhamentos são demonstrados por grupo de natureza de despesa, que agrega os gastos com as mesmas características quanto ao objeto.

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

DESCRIÇÃO DA CONTA	VALOR	AV
Pessoal e Encargos Sociais	1.022.652.291,30	28,25%
Juros e Encargos da Dívida	110.000.796,61	3,04%
Outras Despesas Correntes	1.749.931.891,98	48,35%
Investimentos	565.358.301,52	15,62%
Amortização da Dívida	171.561.866,41	4,74%
TOTAL DE DESPESAS	3.619.505.147,82	100,00%

15. Em relação ao montante de despesas executadas os gastos com Pessoal e Encargos Sociais, Outras Despesas Correntes e Investimentos tiveram uma participação significativa, conforme ilustrado no gráfico abaixo:



16. As despesas com pessoal e encargos no montante de R\$ 1.022.652.291,30 são gastos com pessoal ativo, incluindo vencimentos e vantagens, subsídios, adicionais, gratificações, horas extras e vantagens pessoais, bem como os encargos sociais e as contribuições às entidades de previdência.

17. Outras despesas correntes no montante de R\$ 1.749.931.891,98, são provenientes de aquisição de material de consumo, pagamento de diárias, contribuições, subvenções, auxílio-alimentação, auxílio-transporte, além de outras despesas de custeio não classificáveis nos demais grupos de despesa corrente.

18. No subgrupo Amortização de Dívida - Outras Dívidas estão compostas conforme detalhamento do quadro abaixo:

DESPESAS DE CAPITAL - OUTRAS DÍVIDAS					
DESCRIÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS
Contribuições INSS - PASEP	5.147.000,00	5.147.383,32	5.117.564,65	5.117.564,65	5.117.564,65
Pagamento de Dívida, Encargos e Juros	114.753.000,00	108.277.817,39	107.155.332,27	107.155.332,27	107.155.332,27
Parcelamento - Fundo de Previdência do Servidor	8.417.000,00	8.417.751,84	8.417.574,84	8.417.574,84	8.417.574,84
Precatórios - Cíveis	38.001.000,00	32.981.000,00	32.336.477,03	32.336.477,03	32.336.477,03
Precatórios - Cíveis Alimentares	8.287.000,00	20.933.267,24	16.473.304,09	16.473.304,09	16.473.304,09
Precatórios - Trabalhistas	2.473.000,00	2.326.732,76	2.061.613,53	2.061.613,53	2.060.859,93
TOTAL	177.078.000,00	178.083.952,55	171.561.866,41	171.561.866,41	171.561.112,81



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO
SECRETARIA DE FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE E CUSTOS

19. Investimentos no montante de R\$ 565.358.301,52 correspondem ao total das despesas com o planejamento e a execução de obras, inclusive com a aquisição de imóveis considerados necessários à realização destas últimas, e com a aquisição de instalações, equipamentos e material permanente.

20. As despesas intra-orçamentárias empenhadas no exercício, cuja modalidade de aplicação é “91”, estão detalhadas no quadro abaixo:

DESCRIÇÃO DE DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	EMPENHADO
Contribuição - Planos de Saúde do Funcionalismo	53.545.360,10
Contribuição - Planos de Saúde do Funcionalismo - Profis. do Magistério	62.446,12
Contribuição Instituto de Previdência do Município de São Bernardo do Campo - Sbcprev	87.962.212,10
Contribuição - Sbcprev - Profissionais do Magistério	35.785.016,56
Contribuição - Sbcprev - Profissionais do Magistério - Creche	18.008,25
Contribuição - Sbcprev - Profissionais do Magisterio - Pré-Escola	28.233.102,06
Rotativo - Gestao Estacionamento do Parque Estoril	343.422,97
Inativos e Pensionistas - FRT	22.603.268,66
Indenizações e Restituições	3.200.000,00
Pagamento de Dívida, Encargos e Juros - Faculdade	6.835.510,38
Parcelamento - Instituto de Previdência do Município de São Bernardo do Campo - Sbcprev	17.857.773,65
TOTAL GERAL	256.446.120,85

21. Restos a pagar no montante de R\$ 254.249.380,50 corresponde à somatória das despesas empenhadas, mas não pagas até o dia 31 de dezembro, são classificadas em processados (despesas liquidadas) e não processados (despesas pendentes de liquidação), e estão detalhadas por função de governo no quadro abaixo:



RESTOS A PAGAR POR FUNÇÃO DE GOVERNO	PROCESSADOS	NÃO PROCESSADOS
ESSENCIAL À JUSTIÇA	25.717,26	261.753,00
ADMINISTRAÇÃO	13.856.474,69	12.880.474,89
SEGURANÇA PÚBLICA	77.973,66	12.336.397,48
ASSISTÊNCIA SOCIAL	107.386,30	1.123.167,05
SAÚDE	7.913.293,30	18.593.102,79
TRABALHO	16.261,78	3.973.080,95
EDUCAÇÃO	17.947.853,07	49.754.055,56
CULTURA	67.977,05	4.046.067,11
URBANISMO	8.227.507,33	31.201.540,55
HABITAÇÃO	1.954.124,75	19.508.163,61
SANEAMENTO	78.751,20	916.467,36
GESTÃO AMBIENTAL	27.925,34	711.545,40
COMÉRCIO E SERVIÇOS	15.252,68	-
COMUNICAÇÕES	45.163,99	-
TRANSPORTE	4.885.522,79	40.417.838,05
DESPORTO E LAZER	670.365,27	1.633.794,03
ENCARGOS ESPECIAIS	91.659,30	882.722,91
TOTAL GERAL	56.009.209,76	198.240.170,74

BALANÇO FINANCEIRO

22. A Secretaria do Tesouro Nacional atualizou o Anexo 13 fixando que o Balanço Financeiro deve discriminar as receitas e despesas por Destinação de Recursos.
23. As receitas e despesas orçamentárias possuem, nesta peça os mesmos critérios de classificação adotados no Balanço Orçamentário.
24. As disponibilidades líquidas de Valores em Circulação e Bancos, transferidas do exercício de 2018 totalizaram a importância de R\$ 485.217.238,96, as quais, em decorrência da gestão financeira do exercício de 2019, passaram para o patamar de R\$ 489.124.160,11.
25. O resultado financeiro apurado no demonstrativo encontra-se detalhado no quadro abaixo:



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO
SECRETARIA DE FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE E CUSTOS

Saldo em Espécie para o Exercício Seguinte	489.124.160,11
(-) Saldo em Espécie do Exercício Anterior	485.217.238,96
= Resultado Financeiro do Exercício	3.906.921,15

Receitas Orçamentárias	3.927.638.286,22
(+) Transferências Financeiras Recebidas	5.122.273,17
(+) Recebimentos Extraorçamentários	5.533.377.346,81
(-) Despesa Orçamentária	3.619.505.147,82
(-) Transferências Financeiras Concedidas	366.802.774,87
(-) Pagamentos Extraorçamentários	5.475.923.062,36
= Resultado Financeiro do Exercício	3.906.921,15

26. Os recursos vinculados foram classificados conforme grupos da tabela de código de aplicação do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.
27. A disponibilidade financeira de destinação “Saúde Recursos Próprios” é suportada com recursos de destinação “Tesouro Não Vinculado”, haja vista aplicação superior ao mínimo Constitucional de 15%.
28. A disponibilidade financeira de destinação “Educação - Recursos Próprios” é suportada com recursos de destinação “Tesouro Não Vinculado”, haja vista aplicação superior ao mínimo Constitucional de 25%.
29. O montante de R\$ 5.533.377.346,81 refere-se a ingressos extra orçamentários de caráter temporário, compostos por Restos a Pagar, Cauções, Depósitos e demais entradas compensatórias que não afetam o patrimônio público.
30. O montante de R 5.475.923.062,36 refere-se aos dispêndios extra orçamentários de caráter temporário composto por Restos a Pagar, Cauções, Depósitos e demais saídas compensatórias que não afetam o patrimônio público.
31. A arrecadação de recursos vinculados aos Royalties nos códigos de aplicação 140.00000 - ANP5 (Compensação Financeira para Extração de Óleo Bruto, Xisto

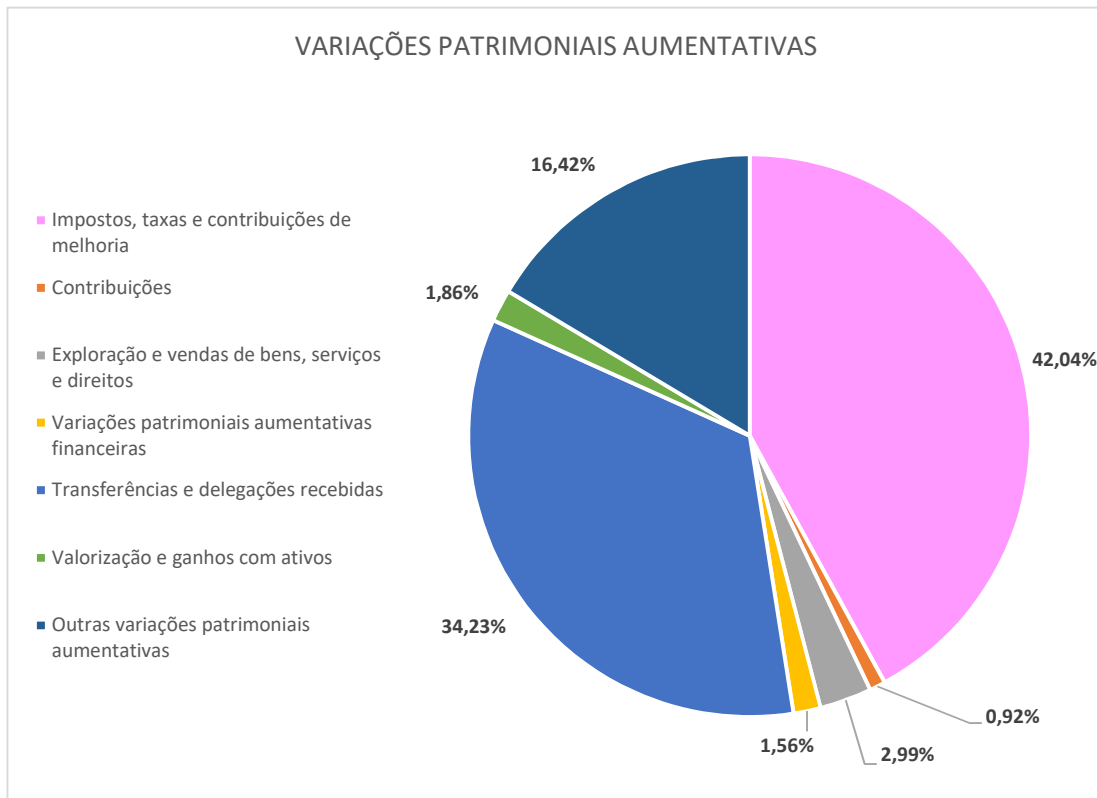


Betuminoso e Gás), CFRH5 (Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos), FEP5 (Cota Parte do Fundo Especial do Petróleo FEP) e CFRM (Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Minerais), totalizaram o valor de R\$ 14.296.177,13 no decorrer do exercício conforme quadro abaixo:

DESCRIÇÃO	VALOR
Juros de Títulos de Renda - Royalties Petróleo Extraído da Plataforma Continental	134.905,10
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	2.907.341,06
Compensação Financeira pela Extração Óleo Bruto, Xisto Betuminoso e Gás - União	3.678.979,53
Compensação Financeira pela Extração Óleo Bruto, Xisto Betuminoso e Gás - Estado	3.974.272,64
Cessão Onerosa Bonus de Assinatura do Pré-Sal	3.600.678,80
TOTAL	14.296.177,13

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

32. A partir da convergência dos demonstrativos contábeis às NICSP a Demonstração das Variações Patrimoniais mudou o foco de orçamentário para patrimonial considerando no cálculo do resultado patrimonial as Variações Quantitativas (modificações da composição patrimonial, com alteração do resultado patrimonial), e as Variações Qualitativas (modificações da composição patrimonial, sem alteração do resultado patrimonial) passaram a ser informadas como um complemento específico.
33. No grupo Variações Patrimoniais Aumentativas a arrecadação de impostos, taxas e contribuições de melhoria tiveram uma participação de 42,04% em relação ao total das variações aumentativas; e as Transferências e delegações recebidas 34,23% que são compostas por Transferências da União e dos Estados e Devolução das transferências dos duodécimos à Câmara.



34. O subgrupo Outras Variações Patrimoniais Aumentativas - Financeiras no valor de R\$ 24.648.465,17 refere-se à atualização monetária de impostos, taxas e dívida ativa.

35. No subgrupo Outras Transferências e Delegações Recebidas o montante de R\$ 719.008,22 refere-se a doações recebidas para o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

36. No grupo Valorização e Ganhos com Ativos o valor de R\$ 97.569.135,94 tem o seu detalhamento a seguir:

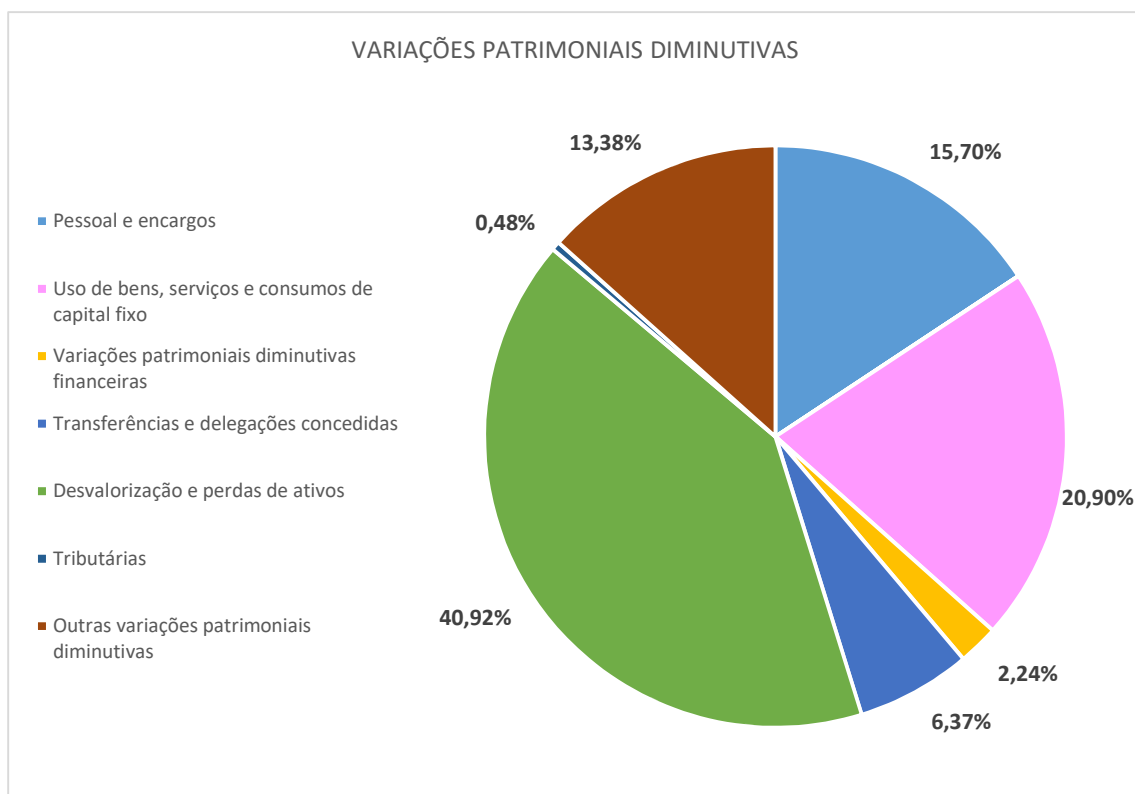
VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS	VALOR
Ganho Líquido com a alienação de bens móveis em almoxarifado	2.212.904,09
Alienação de imóveis urbanos	39.481.178,94
Ganhos com incorporação de ativos	55.466.911,33
Ganhos com desincorporação de passivos	408.141,58
TOTAL GERAL	97.569.135,94



37. No subgrupo Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas, o valor de R\$ 862.195.443,92 está detalhado conforme quadro abaixo:

DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	VALOR
Amortização de Deságio em Investimentos	319.707.905,99
Multas Administrativas	114.109.047,89
Indenizações	44.276.315,65
Cobrança Administrativa e Judicial da Dívida Ativa	384.102.174,39
TOTAL GERAL	862.195.443,92

38. No grupo Variações Patrimoniais Diminutivas os gastos com pessoal e encargos representam 15,70%; uso de bens, serviços e consumos de capital fixo 20,90% que representam o uso de materiais de consumo e gastos com serviços; e 6,37% oriundas das transferências concedidas à Administração Indireta.





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO
SECRETARIA DE FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE E CUSTOS

39. No subgrupo Variações Patrimoniais Diminutivas de Constituição de Provisões o valor de R\$ 488.331.295,68 refere-se à atualização dos valores de ajustes de perdas de Dívida Ativa.

40. A metodologia utilizada para o cálculo da constituição do Ajuste de Perdas para recebimento de créditos inscritos em Dívida Ativa foi baseada no histórico de recebimentos passados, conforme o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - 8ª Edição e em conformidade ao estabelecido pela Resolução CFC nº 2016/NBCTSPEC – Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público Estrutura Conceitual, onde o Ajuste de Perdas para Recebimento de Créditos Inscritos em Dívida Ativa deve ser constituído para atender principalmente ao Princípio da Prudência, que impõe a escolha da hipótese que resulte em menor Patrimônio Líquido.



MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO
Secretaria de Finanças - Depto do Tesouro - Seção de Cobrança

Provisão de Não-Recebimento da Dívida Ativa 2019

METODOLOGIA BASEADA NO HISTÓRICO DE RECEBIMENTOS PASSADOS

	Tributário			
	111 - IMPOSTOS	112 - TAXAS	113 - CONTR. DE MELHORIA	DEMAIS CÓDIGOS
Média dos percentuais de recebimento nos 3 últimos exercícios	2,90%	5,65%	-	-
Percentual do Ajuste de Perdas	97,10%	94,35%	-	-
Percentual do Valor Inscrito em Dívida Ativa ao término do exercício 2018	97,10%	94,35%	-	-
Montante a ser ajustado ao término do exercício 2018	2.538.315.728,42	371.449.412,21	-	-
Expectativa de Recebimento (2019)	75.809.635,56	22.243.658,49	-	-

	Não Tributário
Média dos percentuais de recebimento nos 3 últimos exercícios	3,57%
Percentual do Ajuste de Perdas	96,43%
Percentual do Valor Inscrito em Dívida Ativa ao término do exercício 2018	96,43%
Montante a ser ajustado ao término do exercício 2018	1.339.366.622,73
Expectativa de Recebimento (2019)	49.585.594,14



41. Registre-se que a metodologia disponibilizada não computa os cancelamentos, alterações e ajustes apurados durante o exercício acima analisado. Estas adequações são necessárias para que sejam refletidos os valores contabilizados no Balanço Anual.
42. A evolução das Variações Patrimoniais Aumentativas (item 33) e Diminutivas (item 38) no período de 2019 resultou em decréscimo Patrimonial.

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

43. O objetivo da Demonstração de Fluxos de Caixa é contribuir para a transparência da gestão pública, pois permite um melhor gerenciamento e controle financeiro dos órgãos e entidades do setor público, pois segundo o Manual de Contas Aplicadas ao Setor Público - MCASP, esta demonstração permite inferir, em nível macro, quais foram as decisões de alocação de recursos na prestação dos serviços públicos.
44. O quadro abaixo demonstra a soma das disponibilidades existentes no final do exercício de 2019 e apresenta as entradas e saídas de caixa classificadas em fluxos: Operacional, de Investimento e de Financiamento.

TÍTULOS	EXERCÍCIO ATUAL
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	
INGRESSOS	8.741.997.383,63
DESEMBOLSOS	8.512.810.450,94
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS (I)	229.186.932,69
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	
INGRESSOS	46.844.099,97
DESEMBOLSOS	536.198.423,60
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO (II)	(489.354.323,63)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	
INGRESSOS	435.955.636,90
DESEMBOLSOS	171.881.324,81
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO (III)	264.074.312,09
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA (I + II + III)	3.906.921,15
Caixa e Equivalentes de Caixa Inicial	485.217.238,96
Caixa e Equivalentes de Caixa Final	489.124.160,11



BALANÇO PATRIMONIAL

45. O Balanço Patrimonial em sua premissa, evidencia a situação patrimonial do Município de forma qualitativa e quantitativa, cuja análise de seus indicadores, demonstrados no resultado acumulado, auxilia a avaliação dos gestores.
46. O Balanço Patrimonial apresenta a posição estática do patrimônio da entidade no final do exercício de 2019. Com a aprovação da NBCT 16.6 a estrutura foi alterada, passando de Ativo e Passivo Financeiro e Permanente para Ativo e Passivo Circulante e Não Circulante.

ATIVO REAL	8.135.944.913,59
Ativo Financeiro	716.439.230,57
Ativo Permanente	7.419.505.683,02
PASSIVO REAL	2.656.223.627,33
Passivo Financeiro	609.038.023,99
Passivo Permanente	2.242.425.508,13
(-) Restos a Pagar não processados	195.239.904,79
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	5.479.721.286,26

47. O Ativo Circulante compreende os ativos realizáveis até doze meses após a data das demonstrações contábeis.
48. No decorrer do exercício de 2019 o saldo de créditos tributários a receber (Tributos e demais contribuições) teve um decréscimo em virtude de revisão nos sistemas e fluxos que alimentam esta conta contábil, encerrando o exercício no montante de R\$ 115.775.604,46.
49. As baixas contábeis em face dos precatórios anunciados em 2019, foram em primeiro momento as verbas de Natureza Outras Espécies no período de 2012 a 2014 no montante de R\$ 44.305.659,80 (quarenta e quatro milhões, trezentos e cinco mil, seiscentos e cinquenta e nove reais e oitenta centavos), destacando que o Tribunal de Justiça segue a ordem cronológica de pagamento. A partir do exercício de 2020 o



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO
SECRETARIA DE FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE E CUSTOS

Município irá assumir os pagamentos feitos no seu CNPJ – ainda que oriundos da antiga FUPREM – e segregará ao SBCPrev somente os pagamentos dos precatórios expedidos em seu nome.

50. O Ativo Não Circulante compreende os ativos realizáveis após os doze meses seguintes à data de publicação das demonstrações contábeis, sendo composto por Ativo Realizável a Longo Prazo, Investimentos, Imobilizado e Intangível.
51. Demais Investimentos Permanentes no montante de R\$ 194.423.045,33 refere-se a Investimentos realizados na assessoria e implantação dos Processos Digitais, instalação e cabeamento de dados e elétrica, e serviços de manutenção de equipamentos de rede.
52. Outros Créditos e Valores a Longo Prazo no valor de R\$ 2.680.917,49 é composta pelo valor de R\$ 1.286.581,78 refere-se ao reconhecimento do direito a receber de uma dívida contratual e o montante de R\$ 1.394.335,71 são os valores de precatórios a receber em ações indenizatórias.
53. O grupo “Investimentos e Aplicações Temporárias a Longo Prazo”, o montante de R\$ 4.132.814,33 referem-se a Títulos e Valores Mobiliários, conforme quadro abaixo:

TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL 31/12/2019
REDE FERROVIÁRIA FEDERAL S.A.	688.201	0,02	13.764,02
BANCO SANTANDER MERIDIONAL S.A. (SANB4)	384	23,53	9.035,52
ELETROBRAS PARTICIPAÇÕES S.A. - ELETROPAR (LIPR3)	3.855	75,20	289.896,00
ELETROPAULO METROPOLITANA ELETR. DE SÃO PAULO S.A. (ELPL4)	25.547	49,32	1.259.978,04
ENERGIAS DO BRASIL S.A. (ENBR3)	18.588	22,10	410.794,80
EMAE EMPRESA METROPOLITANA DE ÁGUAS E ENERGIA S.A. (EMAE4)	6.554	36,93	242.039,22
COMPANHIA DE TRANSMISSÃO ENERGIA ELÉTRICA PAULISTA (TRPL4)	48.996	22,58	1.106.329,68
CPFL ENERGIA S.A. (CPFE3)	22.531	35,55	800.977,05
TOTAL			4.132.814,33



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO
SECRETARIA DE FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE E CUSTOS

54. O acréscimo nos valores de Títulos e Valores Mobiliários em 2019 refere-se à aquisição de 36.647 ações da Companhia de Transmissão Energia Elétrica Paulista (TRPL4).
55. A atualização da conta contábil - Bens Móveis no montante de R\$ 265.411.883,13, conforme quadro abaixo, teve seus registros baseados nos fluxos atuais de contabilização existentes (registro pelo valor original da liquidação da despesa orçamentária).

BENS MÓVEIS	VALOR
Aparelhos de Medição e Orientação	1.406.273,38
Aparelhos e Equipamentos de Comunicação	2.949.074,02
Aparelhos e Equipamentos para Esportes e Diversões	2.501.310,04
Aparelhos e Utensílios Domésticos	5.602.624,85
Aparelhos, Equip. e Utensílios Médicos, Odontológicos, Lab. E Hospitalares	72.484.707,86
Embarcações	445.458,25
Equipamentos de Proteção, Segurança e Socorro	5.152.331,96
Equipamentos de Processamento de Dados	64.769.648,71
Equipamentos Hidráulicos e Elétricos	3.209.151,41
Equipamentos para Áudio, Vídeo e Foto	8.858.398,45
Equipamentos, Peças e Acessórios para Automóveis	39.154,00
Instrumentos Musicais e Artísticos	371.871,91
Máquinas e Equipamentos Energéticos	2.657.866,22
Máquinas e Equipamentos Gráficos	25.675,59
Máquinas e Equipamentos Industriais	177.269,52
Máquinas e Utensílios de Escritório	920.211,56
Máquinas, Ferramentas e Utensílios de Oficina	4.617.983,50
Mobiliário em Geral	49.734.796,32
Obras de Arte e Peças para Exposição	197.801,64
Outra Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	5.453.051,09
Outros Bens Móveis	2.254.663,89
Veículos de Tração Mecânica	242.490,00
Veículos em Geral	31.340.068,96
TOTAL	265.411.883,13

56. No quadro acima o item Outros Bens Móveis registra o valor das despesas realizadas com materiais e equipamentos não contemplados em subitens específicos do Anexo II Tabela de Escrituração Contábil - Tabelas Auxiliares 2019.



57. O registro e atualização dos Bens Imóveis no montante de R\$ 6.830.165.457,25 foi realizado com base em relatório expedido pelo Departamento da Receita, e atualizado de acordo com os valores constantes do referido documento.

58. O Passivo Circulante compreende os passivos exigíveis até doze meses após a data das demonstrações contábeis.

59. No grupo do Passivo Circulante - Demais Obrigações a Curto Prazo o montante de R\$ 127.891.234,43 está detalhado a seguir:

DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	VALOR
Consignações de Folha	17.011.403,70
Depósitos - Judiciais	1.206.673,75
Depósitos de Terceiros e Cauções	14.530.923,59
Outros Depósitos	94.724.571,99
Indenizações e Restituições de Exercícios Anteriores	17.660,74
Convênios a Pagar	400.000,66
TOTAL	127.891.234,43

60. No quadro acima o item Outros Depósitos integrante nas Demais Obrigações a Curto Prazo no valor de R\$ 94.724.571,99 é composto por Fundo de Reservas de Depósitos Judiciais - LC 151/2015, Rentabilidades Recursos Vinculados do Orçamento Geral da União - OGU, Recolhimentos e Pendências de Tesouraria.

61. O aumento nos Encargos Sociais a Pagar referem-se às despesas de contribuições previdenciárias liquidadas que serão pagas no exercício seguinte no montante de R\$ 33.612.181,71.

62. O Passivo não Circulante compreende os passivos exigíveis após os doze meses seguintes à data de publicação das demonstrações contábeis.

63. Os grupos do Compensado contêm contas representativas de atos que possam vir a afetar o patrimônio, compreendendo o Ativo e Passivo, tais como Fianças, Garantias e



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO
SECRETARIA DE FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE E CUSTOS

Contra garantias, Convênios firmados entre Entidades e Termo de Parceria com Terceiros.

64. A apuração do resultado acumulado está detalhada conforme quadro a seguir:

RESULTADOS ACUMULADOS	(104.764.806,86)
Resultado do Exercício	(1.881.774.881,77)
Resultado de Exercícios Anteriores	1.853.836.533,75
Ajustes de Exercícios Anteriores	(76.826.458,84)

65. Podemos afirmar que o município, com a adoção das medidas de contingenciamento de despesas, conseguiu administrar os recursos para honrar com seus compromissos e encerrou o exercício com índices de liquidez favoráveis, o que pode ser ratificado pela análise do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (imagem abaixo).

Município	Entidade	Período	Assunto Fiscalização	Item de Análise	Resultado
São Bernardo do Campo	PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BERNARDO DO CAMPO	Dezembro	BALANÇO PATRIMONIAL - ANÁLISE DA CAPACIDADE DE PAGAMENTO	CAPACIDADE DE PAGAMENTO COM RECURSOS DO ATIVO DISPONÍVEL	Favorável
São Bernardo do Campo	PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BERNARDO DO CAMPO	Dezembro	BALANÇO PATRIMONIAL - ANÁLISE DA CAPACIDADE DE PAGAMENTO	CAPACIDADE DE PAGAMENTO COM RECURSOS DO ATIVO DISPONÍVEL E CRÉDITOS DE CURTO E LONGO PRAZO	Desfavorável
São Bernardo do Campo	PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BERNARDO DO CAMPO	Dezembro	BALANÇO PATRIMONIAL - ANÁLISE DA CAPACIDADE DE PAGAMENTO	CAPACIDADE DE PAGAMENTO COM RECURSOS DO ATIVO DISPONÍVEL E CRÉDITOS DE CURTO PRAZO	Favorável
São Bernardo do Campo	PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BERNARDO DO CAMPO	Dezembro	BALANÇO PATRIMONIAL - ANÁLISE DA CAPACIDADE DE PAGAMENTO	RESULTADOS FINANCEIRO, ECONÔMICO E SALDO PATRIMONIAL	Regular

66. Em atendimento do disposto no art. 14, I, da LRF, ao qual determina que o município deverá considerar a renúncia na estimativa de receita da Lei Orçamentária Anual. A Lei Municipal nº 6.738, de 10 de dezembro de 2018 - LOA 2019 em um dos seus anexos demonstram os valores previstos de renúncia, conforme demonstrativos abaixo.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO
SECRETARIA DE FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE E CUSTOS



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO
ORÇAMENTO FISCAL - 2019

DEMONSTRATIVO DAS MEDIDAS DE COMPENSAÇÃO ÀS RENÚNCIAS DE RECEITA

Art. 5º inc. II e Art. 14 inc. I - Lei Complementar nº 101/2000

IPTU/TAXAS

MODALIDADE	Base Legal	R\$ (milhares)
Aposentados/Pensionistas	Lei Municipal 6.594/2017	6.742
Ex-combatentes	Lei Municipal 6.594/2017	13
Hortifrutigranjeiros / Cobertura Vegetal	Lei Municipal 6.594/2017	176
Isenção Automática (R\$ 56.057,50)	Lei Municipal 6.594/2017	1.009
Cobertura Vegetal	Lei Municipal 6.594/2017	2.302
Aposentados/isenção Automática (R\$ 56.057,50)	Lei Municipal 6.594/2017	22
Aposentados / Isenção Automática	Lei Municipal 6.594/2017	64
Remissão em decorrência da incapacidade econômica / financeira do contribuinte	Lei Municipal 6.594/2017	112
Demais Isenções / Entidade Sem fins Lucrativos	Lei Municipal 6.594/2017 e demais a ser criada	11.863
Desconto p/ pagamento antecipado	Leis Municipais 5.175/2003 e 5.232/2003	5.583
Entidades Religiosas (Templos)	Lei Municipal 6.594/2017 e 6.593/2017	5.302
Autarquias Municipais	Lei Municipal 6.594/2017	44
Programa de incentivo fiscal	Lei a ser criada	8.715
Incentivo à regularização de áreas e ajustes de alíquotas	Lei a ser criada	5.173
Benefícios para os empreendimentos habitacionais produzidos pela CDHU	Leis 6.328/2014 e 6.594/2017	8.074
Incentivo a programas institucionais	Lei a ser criada	4.363
Universidade Pública	Lei Municipal 6.594/2017	413
Programa de incentivo à adimplência	Lei a ser criada	3.599
Restrição de uso de imóvel por ato administrativo	Lei a ser criada	2.547
Incentivo a utilização verticalizada de espaços	Lei a ser criada	3.000
Total		69.116

ISSQN

MODALIDADE	Base Legal	R\$ (milhares)
Desconto p/ pagamento antecipado	Leis Municipais 5.175/2003 e 5.232/2003	25
Incentivo a programas institucionais e de cunho legal / Demais Isenções / Remissão	Lei Municipal 6.594/2017, alteradoras LM 1802/69 e demais a ser criada	2.559
Programa de incentivo fiscal	Lei a ser criada	6.472
Incentivo a programas habitacionais	Lei a ser criada	2.077
Programa de incentivo à adimplência	Lei a ser criada	1.800
Total		12.933

TAXAS DE FISCALIZAÇÃO DE PUBLICIDADE / FUNCIONAMENTO / SANITÁRIA / OBRAS

MODALIDADE	Base Legal	R\$ (milhares)
Entidades de Assistência Social / Templos	Lei Municipal 6.594/2017 e 6.593/2017	182
Desconto p/ pagamento antecipado	Lei Municipal 5.175/2003 e 5.232/2003	743
Autarquias Municipais	Lei Municipal 6.594/2017	7
Entidades sem fins Lucrativos	Lei Municipal 6.594/2017 e demais a ser criada	1.121
Entidades de Apoio à Educação (APMs)	Lei Municipal 6.594/2017	27
Universidade Pública	Lei Municipal 6.594/2017	48
Isenção às Microempresas Individuais (MEIs)	Lei Municipal 6036/2010	490
Incentivo a programas habitacionais	Lei a ser criada	119
Programa de incentivo à adimplência	Lei a ser criada	23
Total		2.760

CIP

MODALIDADE	Base Legal	R\$ (milhares)
Desconto p/ pagamento antecipado	Lei Municipal 5.175/2003 e 5.232/2003	17
Benefícios para os empreendimentos habitacionais produzidos pela CDHU	Lei a ser criada	5
Programa de incentivo à adimplência	Lei a ser criada	23
Total		45

ITBI

MODALIDADE	Base Legal	R\$ (milhares)
Incentivo à regularização da propriedade e Demais Títulos	Lei a ser criada	6.578
Programa de incentivo fiscal	Lei a ser criada	6.857
Incentivo a programas habitacionais	Lei a ser criada	83
Programa de incentivo à adimplência	Lei a ser criada	196
Total		13.714



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO
SECRETARIA DE FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE E CUSTOS

OUTROS TRIBUTOS E MULTAS TRIBUTÁRIAS

MODALIDADE	Base Legal	R\$ (milhares)
Programa de incentivo à adimplência	Lei a ser criada	625
Total		625

PREVISÃO DE RENÚNCIA DE RECEITA PARA 2019	R\$ (milhares)
TOTAL GERAL DOS BENEFÍCIOS FISCAIS PREVISTOS PARA 2018 (VALORES CORRENTES)	99.193

Fonte: Departamento da Receita - SF1

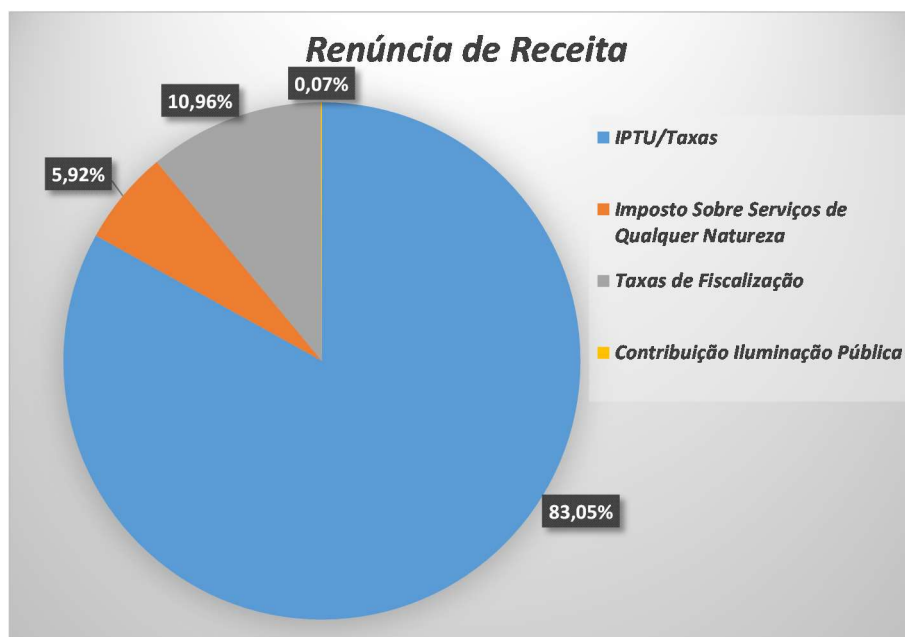
Fonte: Sistema de expectativas do Banco Central do Brasil (critério mediana) de 13/07/2018: IPCA-15 2018: 4,38%

67. Os valores renunciados se deram de diversas modalidades, sendo no total 45% dos valores previstos conforme demonstra no quadro abaixo.

TRIBUTOS	VALOR PREVISTO	VALOR RENUNCIADO
IPTU/Taxas	82.381.920,66	37.964.474,52
Lei Municipal 6.594/2017	27.664.070,76	12.748.572,76
Lei Municipal 6.594/2017 e 6.593/2017	13.613.458,88	6.273.558,67
Lei Municipal 6.594/2017 e demais a ser criada	15.175.096,16	6.993.215,83
Lei Municipal 6.625/2017	1.464.627,76	674.951,77
Leis 6.328/2014 e 6.594/2017	8.494.772,32	3.914.688,62
Leis Municipais 5.175/2003 e 5.232/2003	15.969.894,78	7.359.486,87
Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza	5.869.356,91	2.704.805,24
Lei Municipal 6.594/2017, alteradoras LM 1802/69 e demais a ser criada	5.820.889,82	2.682.469,91
Leis Municipais 5.175/2003 e 5.232/2003	48.467,08	22.335,33
Taxas de Fiscalização	10.867.171,18	5.007.973,11
Lei Municipal 5.175/2003 e 5.232/2003	974.987,18	449.308,24
Lei Municipal 6.594/2017	78.031,03	35.959,43
Lei Municipal 6.594/2017 e 6.593/2017	265.944,11	122.556,36
Lei Municipal 6.594/2017 e demais a ser criada	409.020,56	188.491,00
Lei Municipal 6036/2010	9.139.188,31	4.211.658,08
Contribuição Iluminação Pública	74.132,65	34.162,92
Lei Municipal 5.175/2003 e 5.232/2003	74.132,65	34.162,92
TOTAL GERAL	99.192.581,40	45.711.415,79



68. O Imposto Predial Urbano representa 83% do valor renunciado, sendo esses benefícios fiscais concedidos à aposentados/pensionistas, área de cobertura vegetal, pagamento antecipado, templos religiosos, programa de incentivo fiscal, habitações produzidas pela CDHU, programas institucionais, incentivo à adimplência, entidades sem fins lucrativos e demais isenções.



ABMAEL EVANGELISTA DA ROCHA
DIRETOR
SEÇÃO DE CONTABILIDADE

SANDRA CRISTINA COSTA DE OLIVEIRA
CONTADORA
CRC 1SP250840/O-7

ROGÉRIA LEITE SOARES GOMES
DIRETORA
DEPTO. CONTABILIDADE E CUSTOS

MARIA ISABEL DA SILVA COSTA
DIRETORA
DIVISÃO DE CONTABILIDADE